

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2089/2020-PGJ, DE 8.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Gilberto Robalinho da Silva a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22.12.1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29.12.2004, a contar de 11.2.2020 (Processo SAJ nº 02.2020.00013595-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2077/2020-PGJ, DE 5.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 1º, 2 e 22.10.2016, a serem usufruídos no período de 8 a 10.6.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2078/2020-PGJ, DE 5.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, alterada pela Portaria nº 220/2020-PGJ, de 21.1.2020, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira o 2º período de férias, que seria usufruído de 15 a 24.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1786/2020-PGJ, DE 21.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	2019/2020	10	4 a 13.5.2020
Bianka Machado Arruda Mendes	2019/2020	30	1º a 30.7.2020
Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	2019/2020	30	2 a 31.5.2020
Claudio Rogerio Ferreira Gomes	2019/2020	30	20.5 a 18.6.2020
Wilson Canci Junior	2019/2020	15	13 a 27.7.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2079/2020-PGJ, DE 5.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 214/2020-PGJ, de 21.1.2020, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 3.2 e 9.3.2019, que seriam usufruídos nos dias 25 e 26.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2080/2020-PGJ, DE 5.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailier Esgaib o 2º período de férias, que seria usufruído de 24.6 a 3.7.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2085/2020-PGJ, DE 8.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/1133/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativa – Cristiane da Silva Sena, Técnica I; 2.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Técnico II.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/4074/2019

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- W.S. MONTAGENS E PINTURA INDUSTRIAL E PREDIAL LTDA, representada por **Maria José Rocha**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 2/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 57, §1º, inciso II e 60, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega dos serviços, por mais 15 (quinze) dias.

Vigência: 28.05.2020 a 07.09.2020.

Data de assinatura: 28 de maio de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****TRÊS LAGOAS****RECOMENDAÇÃO 0007/2020/04PJ/TLS**

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil 09.2020.00001255-9

Ementa: Recomendação destinada aos condomínios residenciais verticais de Três Lagoas, para implementação de ações e medidas destinadas à prevenção, controle e contenção dos riscos de dados e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019-nCov).

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pela Promotoria de Justiça de proteção dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos da comarca de Três Lagoas, no exercício das atribuições previstas no artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e na Lei n. 8.069/90, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no artigo 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que Três Lagoas tem uma das maiores frequências de casos de Covid-19 no Estado (4º lugar, 9,4%, com 144 casos confirmados)¹ além de fazer fronteira com o Estado de São Paulo, que está com estagio crítico de contaminação em decorrência da pandemia;

CONSIDERANDO que o direito à saúde é direito fundamental previsto nos arts. 6º, 194 e 196, da Constituição, sendo dever não só do Estado, mas também de toda sociedade preservar a saúde da coletividade;

¹ Informações de 31/05/2020, disponíveis em <https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Boletim-Epidemiol%C3%B3gico-COVID-19-2020.05.31.pdf>



CONSIDERANDO que a despeito do direito à propriedade e de usufruto de áreas privadas, o interesse coletivo se sobrepõe ao individual, especialmente as questões de saúde pública, que envolvem o direito à vida (CF, art. 5º);

CONSIDERANDO que é dever do condômino não utilizar partes do condomínio de maneira prejudicial ao sossego, salubridade e segurança dos possuidores (CC, art. 1.336);

CONSIDERANDO que em razão da pandemia de Covid-19, que levou à Organização Mundial da Saúde (OMS) a decretar estado de emergência de saúde pública global, em 30 de janeiro de 2020, o Município de Três Lagoas, para prevenção da saúde de todos, editou o Decreto nº 073 de 06 de abril de 2020, que ainda está em vigor e tem a seguinte previsão:

*Art. 7º Enquanto perdurar o estado de emergência fica **proibido**:*

*I – a realização de **eventos** e atividades com a presença de público, ainda que previamente autorizadas, que envolvem aglomeração de pessoas, tais como: evento desportivo, show, **salão de festa**, casa de festa, feira, evento científico, comício, passeata e afins; (...)*

*III – aglomerações de pessoas nas vias de circulação, praças, lagoa maior, áreas verdes, **áreas de lazer**, ruas, passeio público e demais espaços reservados à comunidade;*

*IV – **reuniões presenciais privadas** alusivas a festas, casamentos, bodas, palestras, cursos, treinamentos entre outras; (...) *– negrito nosso.**

CONSIDERANDO que, na mesma linha, o Decreto Municipal nº 116 de 15/05/2020 **PROÍBE** a **AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS** incluindo "*reuniões ou comemorações em locais públicos ou privados, inclusive residências particulares, que causem aglomeração, como festas, aniversários, casamentos, bodas, encontros de família ou amigos, cursos, palestras ou similares, em toda extensão do Município de Três Lagoas, inclusive nos Distritos de Arapuá e Garcia, bem como em condomínio, ranchos e sítios*";

CONSIDERANDO que, em caso de **DESCUMPRIMENTO**, as pessoas podem ser responsabilizadas nas esferas administrativa, civil e criminal, com a aplicação de multas e até a prisão em flagrante por desrespeito as normas sanitárias, nos termos do art. 268, do Código Penal;

CONSIDERANDO que compete aos Municípios legislar e organizar os assuntos de interesse local, assim compreendidos os serviços públicos de interesse local, bem como as atividades essenciais (art. 30, incisos I e V, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que de nada adianta restringir as atividades econômicas e estabelecer regras rígidas para as pessoas jurídicas e espaços públicos, se no âmbito privado as pessoas não observam as recomendações de prevenção e distanciamento social;

RECOMENDA aos CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS VERTICAIS (Prédios) de Três Lagoas, na pessoa de seus Síndicos, Administradores e responsáveis legais, para que adotem no prazo de 3 (três) dias, as seguintes providências:

1. Adotar, caso ainda não o fizeram, com motivação alinhada nos Decretos Municipais vigentes, normas disciplinares atinentes à convivência coletiva, reduzindo a possibilidade de aglomerações em áreas comuns;
2. Recomendar o uso obrigatório de máscaras nas áreas comuns, especialmente nos elevadores;
3. Disponibilizar nas entradas dos elevadores, portaria, acessos principais e banheiros sociais, álcool a 70%, e nos banheiros incluir sabonete líquido e papel toalha;
4. Manter os ambientes das áreas comuns bem arejados com ventilação natural (portas e janelas abertas);
5. Promover a limpeza e desinfecção constantemente as áreas comuns, especialmente piso, superfícies, botões, corrimãos, assentos e maçanetas;
6. Afastar colaboradores que apresentem sintomas gripais e, neste caso, orientar e dar assistência a esses funcionários, já que também é responsabilidade do condomínio assegurar a saúde deles;



7. Não convocar reuniões e assembleias ou adiar os atos já designados com fundamento na saúde pública, no direito à vida, além de necessidade de cumprir os Decretos locais que proíbem aglomerações. Caso seja necessário e indispensável a realização de reuniões e assembleias, optar por meio virtual, preferencialmente com apoio de assessoria especializada, inclusive com gravação e arquivamento, como forma de evitar futuras alegações nulidades;

Nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, encaminhe-se a recomendação aos destinatários, requisitando-se que, no prazo de 03 dias, respondam por escrito, via e-mail a esta Promotoria de Justiça, no endereço 4pjtreslagoas@mpms.mp.br, acerca do acolhimento da presente recomendação, sem prejuízo de outras medidas espontaneamente tomadas para a contenção da pandemia.

Adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Publique-se no DOMP e encaminhe-se cópia da presente recomendação, para conhecimento, ao Prefeito Municipal de Três Lagoas, à coordenação da Vigilância Sanitária, ao Presidente da Câmara Municipal do Município, ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde e ao Presidente da OAB desta seccional.

Três Lagoas/MS, 02 de junho de 2020.

MOISÉS CASAROTTO

Promotor de Justiça

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 09.2020.00001947-4

PORTARIA 0001/2020/09 ZE/TLS

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE n.º 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC n.º 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária do TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE n.º 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar as ações dos gestores municipais, precipuamente aos Prefeitos e Secretários Municipais, bem como aos Presidentes de Câmaras Municipais, a fim de que se abstenham da distribuição de bens, valores, ou benefícios, no corrente ano de 2020, excetuados os casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais já autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, conforme dispõe o art. 73, §10 da Lei n.º 9.504/97, além de informarem acerca de programas sociais em andamento nos respectivos municípios.

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo acompanhar ações municipais e compatibilidade com programas existentes e limites impostos.



Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Encaminhe-se ofício aos Prefeitos da Comarca, Três Lagoas/MS e Selvíria/MS, aos Presidentes da Câmara e seus componentes, bem como aos Secretários Municipais, cientificando-os do presente Procedimento e requisitando as informações pertinentes.
4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Três Lagoas/MS, 28 de maio de 2020.

LUCIANO ANECHINI LARA LEITE
Promotor Eleitoral

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0022/2020/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000631-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de suposta prática de ato de improbidade administrativa, decorrente do fato de Cícero dos Santos, na qualidade de Presidente da Câmara de Vereadores de Naviraí, ter se valido de seu cargo e do prestígio político do mesmo para obter a emissão de um alvará.

Naviraí, 08 de junho de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0023/2020/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000741-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Igreja Pentecostal "Salvando Vidas para Cristo"

Assunto: Apurar a notícia de que a Igreja Pentecostal Salvando Vidas Para Cristo, localizada na Avenida Amambai, n 1439, na cidade de Naviraí, estaria deixando de observar procedimentos sanitários de ordenamento de cidadãos que não são mantidos com correta separação entre eles e permanecem em ocupação acima da permitida, colocando em risco a saúde deles e da coletividade, dentre outras irregularidades, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

Naviraí, 08 de junho de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY
Promotor de Justiça



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BRASILÂNDIA

EDITAL N. 0002/2020/PJ/BR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003001-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: a apurar

Assunto: apurar eventual ilegalidade no pregão presencial 107/2017, notadamente pelo fato do empresário Celso Rubens Smaniotto trabalhar na prefeitura local".

Brasilândia/MS, 18 de maio de 2020.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA

Promotor de Justiça